

PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DOS INSTITUTO BRASILEIRO DE AÇÃO DEMOCRÁTICA E INSTITUTO DE PESQUISAS E ESTUDOS SOCIAIS: CPI DE 1963

Luana Carolina dos Santos (PIBIC), Sidnei J. Munhoz (Orientador), e-mail:
luucarolinaa16@gmail.com

Universidade Estadual de Maringá / Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes
/Maringá, PR.

Ciências Humanas/História

Palavras-chave: Ipês, Ibad, golpe civil-militar.

Resumo: Aberta oficialmente em abril de 1963, a Comissão Parlamentar de Inquérito do Ipês e do Ibad, objetivava investigar a origem dos investimentos destes institutos na campanha eleitoral de 1962. A documentação digitalizada pela Comissão Estadual da Verdade Dom Helder Câmara (PE) possui 4.697 páginas, composta por recortes de jornais, cartas, depoimentos, atas de reuniões, estatutos dos institutos, recibos e contratos vários. O estudo desta documentação possibilita a compreensão do funcionamento da máquina eleitoral estruturada, principalmente, pelo Instituto Brasileiro de Ação Democrática, organização anticomunista e defensora do livre mercado, financiada por empresas nacionais e estadunidenses. A partir dela, também foi possível observar como estava o Congresso Nacional em 1963, principalmente a partir da participação dos membros da CPI, como os deputados Peracchio Barcellos (União Democrática Nacional - UDN), Rubens Paiva (Partido Trabalhista Brasileiro - PTB) e Pedro Aleixo (UDN). Observa-se ainda a atuação de outras figuras públicas que testemunharam no caso, como Miguel Arraes (Partido Socialista Brasileiro - PSB) e João Cleofas (UDN), que travaram uma das disputas eleitorais mais acirradas e polarizadas de 1962, em Pernambuco. Em adição, foi viável identificar como este processo foi reportado em mídias populares da época, como os jornais “A Noite” e o “Última Hora”, envolvidos diretamente nas ações do Ibad. A partir desta pesquisa foi então possível refletir sobre o contexto pré-golpe civil-militar de 1964, identificando o acirramento político e os sinais golpistas no Legislativo, nos Institutos e na imprensa.

Introdução

No início da década de 1960, o Brasil encontrava-se polarizado política e ideologicamente em decorrência das disputas internas, muitas vezes acirradas pelo contexto da Guerra Fria (MUNHOZ, 2011). Em 1961, esse cenário tornou-se ainda mais complexo e explosivo, em decorrência da renúncia de Jânio Quadros e a posse de João Goulart. Naquele contexto, intensificaram-se os debates entre aqueles que defendiam o nacional-desenvolvimentismo e eram a favor da posse de Goulart, e os candidatos anticomunistas financiados por grupos ligados ao capital multinacional e associado, como o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (Ibad) e o Instituto de

Pesquisas e Estudos Sociais (Ipês) (DREIFUSS, 1981). Os investimentos empreendidos por grupos ligados aos EUA foram tão altos que instigaram políticos como Eloy Dutra (PTB) e Paulo de Tarso (Partido Democrático Cristão - PDC) a proporem a abertura de uma Comissão Parlamentar de Inquérito em abril de 1963 a fim de investigar as atividades políticas do Ipês e do Ibad no pleito de 1962. Esta CPI (1963) durou oito meses e foi marcada por participações de personalidades públicas relevantes para a História Política do Brasil, como Rubens Paiva (PTB), Pedro Aleixo (União Democrática Nacional) e Miguel Arraes (PTB). O estudo da documentação da CPI, acessada graças à digitalização efetuada pela Comissão Estadual da Verdade Dom Helder Câmara (Pernambuco), possibilitou visualizar o quanto o Legislativo estava conturbado e como escândalos de corrupção estavam presentes naquele contexto pré-golpe de 1964.

Materiais e métodos

O fundo documental analisado, intitulado “CPI do IPES e do IBAD” (1963) é composto por dezesseis volumes, oito anexos e um adendo que resultam em 4.697 páginas. Este acervo apresentou recortes de jornais, depoimentos, atas de reuniões dos membros da CPI, documentos oficiais dos Institutos, correspondências trocadas entre os membros do Ibad, contratos e recibos emitidos por empresas de rádio e televisão e recortes do Diário Oficial do Congresso Nacional. Nesta pesquisa, optou-se por estudar o conjunto desta documentação como uma grande unidade. Os resultados iniciais sinalizam para um campo promissor de estudos relacionados ao período que antecedeu o golpe civil-militar de 1964.

Resultados e Discussão

A partir da leitura e do fichamento da documentação pertencente ao acervo documental “CPI do Ipês e do Ibad” (1963), conjuntamente com a bibliografia auxiliar, foi possível discutir quais as principais abordagens que podem ser desenvolvidas a partir da documentação escolhida. Dessa forma, uma questão crucial foi refletir sobre como a Comissão Parlamentar de Inquérito desenvolveu os seus trabalhos e sobre o papel dos agrupamentos políticos e dos parlamentares que integraram a “CPI do Ipês e do Ibad” (1963). Ainda, foi possível associar quais foram as consequências vivenciadas por esses políticos a partir do golpe civil-militar de 1964. Também foi importante, dialogando principalmente com René A. Dreifuss (1991), a partir dos depoimentos dos membros dos Institutos, compreender como se estruturou o complexo do Ipês/Ibad. Além disso, foi essencial entender a participação da Ação Democrática Popular (Adep), já que esta organização foi o principal instrumento pelo qual o Ibad atuou no pleito de 1962.

Como, nessa primeira pesquisa, não foi possível estudar todas as mídias que apareceram na CPI (1963), foi ressaltado o envolvimento do Ibad com o jornal “A Noite”, pois, este foi comprovadamente contratado para divulgar publicações que defendessem os princípios ibadianos. Além disso, deu-se especial atenção ao jornal “Última Hora”, pois foi o meio que mais propagou críticas ao Ipês e ao Ibad. Para além disso, investigou-se outros encaminhamentos da CPI (1963), como a interferência do Executivo com um decreto presidencial que oficializava o

fechamento dos centros do Ibad e a finalização das atividades do Instituto e da Adep. Este acontecimento levou à formação de uma nova comissão, que diferente da primeira, foi formada por políticos que em suma não tinham ligações com o complexo Ipês/Ibad/Adep (DUTRA, 1963). Ainda sobre os políticos, foi importante destacar a campanha para governador ocorrida em Pernambuco, pois esta foi uma das mais acirradas de 1962 e teve a participação crucial do Ibad que investiu em João Cleofas (UDN) contra o ganhador deste pleito, Miguel Arraes (PTB). Este último, entregou quinhentos documentos que comprovavam a participação irregular do Ibad na campanha eleitoral no Nordeste, e também prestou um dos depoimentos mais contundentes à CPI (1963).

Também foi essencial refletir sobre o parecer de conclusão do processo que foi escrito por Pedro Aleixo (UDN), relator do caso. A conclusão ressaltou as dificuldades que a CPI (1963) teve de enfrentar e o seu fracasso no que tange ao verdadeiro objetivo do processo, que era encontrar quais as origens dos fundos de investimentos do Ibad, o que não foi alcançado. Porém, o relator em diversos momentos suavizou as atividades do Ibad e da Adep, ressaltando que a participação destes havia sido efêmera e pouco significativa, já que a maioria dos candidatos auxiliados não se elegeram. Para além disso, Aleixo entendeu que o Ipês era legítimo e não havia agido de maneira corruptiva diferente do que a obra de Dreifuss (1981) iria demonstrar dezoito anos após o fim da CPI (1963).

Conclusões

A análise do contexto político brasileiro atual possibilita a percepção de como acusações de corrupção – embasadas ou não – podem ser capazes de corroer um processo democrático em vias de consolidação. Estas denúncias e ações ilegais não são recentes na história política brasileira e com a CPI do Ipês e do Ibad (1963) foi possível destacar como pressões econômicas podem afetar toda a estrutura de um país.

René A. Dreifuss demonstrou por meio de sólida investigação científica como a burguesia ligada ao capital multinacional associado atuou por meio do Ipês, do Ibad e da Adep e outras instituições e movimentos de cunho autoritário para desgastar o regime democrático e auxiliar na implementação de um regime ditatorial. Essa atuação contribuiu para desencadear o golpe civil-militar de 1964 que culminou em vinte e um anos de ditadura militar que até os dias atuais – e principalmente nos últimos cinco anos – demonstrou seus reflexos. Por isso, é importante discutir como a corrupção eleitoral e o processo democrático brasileiro, sempre tão tênues foram investigados e tratados em momentos chaves da nossa história como no ano de 1963. Sublinha-se que por meio do estudo das fontes inéditas ora sob escrutínio foi possível perceber as agitações dentro do Congresso Nacional protagonizadas pelos Deputados Federais eleitos em 1962. Além disso, foi possível compreender os debates presentes na imprensa, que também era palco da polarização ideológica, marca essencial dos tempos da Guerra Fria.

A Comissão Parlamentar de Inquérito que pretendeu investigar o Ipês e o Ibad (1963) desde o seu início esteve ligada a polêmicas, entraves, debates e polarizações. Por isso, o estudo do presente acervo documental fomenta muitas perguntas e debates sobre como se arquitetou o cenário pré-golpe dos primeiros

anos da década de 1960. Por isso, um estudo mais detalhado dessas fontes se faz essencial para o fortalecimento da produção historiográfica sobre o período e para toda a História do Brasil. Para além disso, a discussão sobre o financiamento de eleições perdurou na redemocratização brasileira. Atualmente, por exemplo, é proibido segundo a Resolução nº23.553 do Tribunal Superior Eleitoral partidos políticos e candidatos receberem doações de pessoas jurídicas, ou de origem estrangeira ou de pessoa física que “exerça atividade comercial decorrente de permissão pública” (p. 28). Dessa forma, identificar como se deu a corrosão da democracia entre aproximadamente 1962 e 1964 é essencial para compreender também como se estruturou o golpe e o regime ditatorial.

Agradecimentos

Em primeiro lugar agradeço ao meu orientador Prof. Dr. Sidnei J. Munhoz que possibilitou esta pesquisa, e por ser sempre tão solícito e paciente com a sua orientanda. Agradeço também ao laboratório LabTempo, do qual faço parte, que possibilitou diversas discussões caras para o meu desenvolvimento como pesquisadora e aos colegas do LabTempo José Victor Lara e Pedro Carvalho Oliveira que, além de me auxiliarem, são inspirações muito caras ao meu desenvolvimento acadêmico. Por fim, agradeço ao programa de Iniciação Científica PIBIC/CNPq por haver possibilitado a realização desta pesquisa que muito acrescentou na minha formação.

Referências

Fonte:

Comissão Parlamentar de Inquérito do Ipês e do Ibad. IN: Comissão Estadual da Verdade Dom Helder Câmara (PE). Acesso em: <
<https://www.comissaodaverdade.pe.gov.br/index.php/comissao-parlamentar-de-inquerito-cpi-ibad-e-ipês>> 4.697 p.

Bibliografia:

COMISSÃO ESTADUAL DA MEMÓRIA E VERDADE. **IBAD**: interferência do capital estrangeiro nas eleições do Brasil. v. 5. Recife: Secretária da Casa Civil do Governo do Estado de Pernambuco, 2016. 316 p.

DREIFFUS, René Armand. **1964 A conquista do Estado**: ação política, poder e golpe de classe. Rio de Janeiro: Vozes, 1981.

DUTRA, Eloy. **Ibad sigla da corrupção**. Ibad sigla da corrupção. Editora Civilização Brasileira S. A.: Rio de Janeiro: 1963. Acesso em: Brasil nunca mais <
<http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=BibliotBNM&PagFis=12469&Pesq=seu%20anticomunismo>>

MUNHOZ, Sidnei J. SILVA, Francisco Carlos Teixeira (org.). **Relações Brasil Estados Unidos**: séculos XX e XXI. Maringá: Eduem, 2011.